

Deputado Federal EDUARDO BARBOSA

Informes de março e abril de 2006

Prezados (as) Companheiros (as)

No último número do nosso Informativo destacamos a importância da representação da sociedade civil nos Conselhos Nacionais, além de chamar a atenção para as Conferências nacionais. Ambos, Conselhos e Conferências, constituem os mais amplos espaços institucionalizados para a prática do controle social que, por sua vez, é um dos pontos mais relevantes quanto à participação e exercício da cidadania trazidos pela Constituição Federal de 1988.

As eleições do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS já aconteceram, e no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE ocorrerão logo após a realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que acontecerá em Brasília entre os dias 12 e 15 de maio de 2006.

Este mês, falaremos um pouco mais das Conferências e as suas deliberações, e do resultado das eleições do – CNAS Lembramos que a alternância de entidades nos Conselhos reafirma o princípio democrático que deve orientar nossas ações, sendo, portanto, muito salutar. Trataremos, também, da reunião descentralizada do CNAS que ocorreu em Belém / PA, onde foi apresentada a proposta de Norma Operacional Básica – NOB – de Recursos Humanos da Assistência Social.

Deputado Eduardo Barbosa

REUNIÃO AMPLIADA E DESCENTRALIZADA DO CNAS – BELÉM / PA O DEBATE SOBRE AS DELIBERAÇÕES DA V CONFERÊNCIA

A reunião de março, do CNAS, foi realizada na cidade de Belém, PA. Nos dias 20 e 21 de março, a reunião foi ampliada, com a presença de 80 municípios paraenses. Participaram, ainda, representantes de Secretarias Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; conselheiros, secretários(as) executivos(as) e técnicos de conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal; além de representantes de entidades socioassistenciais, universidades, e de outros órgãos.

A Presidente do CNAS apresentou um balanço da gestão 2004-2006, ocasião em que também as Comissões de Política de Assistência Social, e de Financiamento, mostraram os resultados dos trabalhos desenvolvidos e os desafios enfrentados no período. As discussões giraram em torno de deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social, exatamente sobre os 10 direitos socioassistenciais, as metas de gestão do SUAS e as metas de gestão de recursos humanos. Houve, ainda, um painel para discutir as atuais condições da representação dos usuários e dos trabalhadores no Conselho.

O CNAS declarou estar com um trabalho considerável já que tem a incumbência de transformar os conteúdos do Plano Decenal deliberados na V Conferência em objetivos, e desdobrar esses objetivos em tarefas. A proposta é enxugar as quarenta e cinco metas iniciais em dez objetivos / diretrizes que, depois, serão novamente desdobrados em metas. Os dez objetivos propostos são 1) universalizar a atenção da Política de Assistência Social; 2) qualificar e expandir o SUAS e junto com ele a rede socioassistencial; 3) alcançar a relação entre fins e meios na gestão, regulação e financiamento da assistência social; 4) instituir o regime de financiamento da política de assistência social no Brasil, alcançando todas as instâncias de gestão; 5) alcançar a centralidade dos fundos de gestão do financiamento da Política; 6) obter equidade no acesso aos direitos sociais, neles incluídos os derivados da Política Nacional de Assistência Social; 7) instalar os espaços de defesa dos direitos socioassistenciais; 8) alcançar o salto de qualidade necessário para consolidar o controle social na Política e sua gestão; 9) ampliar o domínio público da Política; 10) obter a plena regulação da Política, instituindo normas e leis sujeitos a arbitragem e sanções. No debate, foram postas questões como, por exemplo, as diferenças existentes entre as organizações institucionais de municípios seculares e municípios recém criados; e as dificuldades orçamentárias dos municípios de pequeno porte, que representam 75% dos municípios brasileiros. Foi apontada uma contradição que merece uma reflexão mais profunda em relação ao Plano Decenal: 75% das deliberações da V Conferência apontam para compromissos de curto prazo, o que não condiz com a proposta de serem implementadas através de um plano decenal. Outra questão importante diz respeito à participação da sociedade civil no interior do SUAS. As deliberações autorizam estabelecer limites quanto à presença executiva da sociedade civil na implementação na Política? Qual a relação que o Governo quer manter com as entidades e qual o tamanho da sociedade civil no trabalho executivo? Outra questão é como avançar no SUAS em ano eleitoral, em que os gestores serão em grande parte substituídos (as candidaturas implicam desligamento dos cargos), e ainda com os limites do financiamento? É preciso reconhecer que não houve respostas de modo a acomodar os pontos que o debate levantou.

Em outro Painel, o Plano Decenal foi apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como um instrumento de gestão do SUAS. Outro instrumento de gestão apresentado, foi a proposta preliminar da NOB de recursos humanos – NOB/RH-SUAS. A proposta vem atender o que dispõe a Política Nacional de Assistência Social onde a Política de Recursos Humanos é um dos eixos estruturantes do SUAS, sendo elevada ao patamar de sua mais importante tecnologia. A NOB/RH foi, também, objeto de deliberação da V Conferência e a proposta pretende consolidar os principais eixos a

Deputado Federal EDUARDO BARBOSA

serem considerados para a gestão de RH no SUAS. Chamamos a atenção de todos para o fato de que faz parte do documento o título “Das Diretrizes para as Entidades e Organizações de Assistência Social”. Isto significa que mesmo as entidades estando no campo de instituições privadas, serão obrigadas a oferecer políticas de recursos humanos de acordo com o estabelecido pelo Governo. Neste aspecto cabe uma reflexão sobre o que demarca o público, o privado e o estatal. A sociedade civil deve ficar atenta aos desdobramentos dessa proposta. O CNAS editou a Resolução nº 60, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2006, que estabelece que os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social poderão enviar contribuições ao texto até o dia 30 de junho de 2006. Fiquem atentos, não percam a oportunidade de tentar interferir nesse processo.

ELEIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - CNAS

No dia 25 de abril de 2006 o CNAS realizou o processo eleitoral para definir a representação da Sociedade Civil no Conselho. Foi um processo disputado, onde pudemos assistir a um evento com características bem distintas dos eventos típicos da assistência social. As disputas por um assento foram acirradas, especialmente no campo das entidades quando mais de cem organizações foram habilitadas para votar e apenas doze eram candidatas. No campo dos usuários cerca de quarenta entidades ou organizações de usuários foram habilitadas para votar e treze delas eram candidatas; e para a representação dos trabalhadores apenas sete habilitadas e seis candidatas, o que implicou em disputa apenas pela titularidade pois foi assegurada a eleição das seis. A relação completa de todas as entidades credenciadas para votar e ser votadas, e as eleitas, está publicada no diário Oficial da União, do dia 27 de abril de 2006. A seguir, apresentamos a relação das entidades que a partir de 18 de maio de 2006 irão compor o novo Colegiado:

Entidades		Usuários		Trabalhadores	
1º Titular	Instituto Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – ISAEC	1º Titular	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	1º Titular	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
2º Titular	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB	2º Titular	União Brasileira de Cegos	2º Titular	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
3º Titular	Confederação das Santas Casas de Misericórdia	3º Titular	União Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia	3º Titular	Federação Nacional dos Assistentes Sociais
1º Suplente	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC	1º Suplente	Pastoral da Criança	1º Suplente	Conselho Federal de Contabilidade
2º Suplente	Instituto Adventista Central Brasileiro de Educação e Assistência Social	2º Suplente	Federação Brasileira das instituições de Inclusão Social, Reabilitação e Defesa da Cidadania – FEBIEX	2º Suplente	Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais
3º Suplente	Federação Brasileira das Associações Cristãs de Mocós – ACM	3º Suplente	Obras Sociais Santa Isabel - OSSI	3º Suplente	Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

CONADE REALIZA A I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

De 12 a 15 de maio, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência com o tema central “Acessibilidade: você também tem compromisso”. Espera-se a participação de delegados de todos os Estados do Brasil, onde foram realizadas as etapas municipais e estaduais. De acordo com a opinião de especialistas, o tema é muito oportuno uma vez que a sociedade brasileira já demonstra maturidade para tratar a acessibilidade como uma questão prioritária, num entendimento mais consensual de que as pessoas com deficiência têm direito de estar presentes em todos os lugares e, para isto, a eliminação de barreiras é um passo fundamental para a concretização da inclusão.

A eleição da representação da sociedade civil no CONADE acontecerá logo após o encerramento da I Conferência Nacional, na Academia de Tênis de Brasília / DF.

Não deixe de observar a data de vencimento do CEAS. O pedido de renovação deve ingressar no CNAS anteriormente ao vencimento.

Visite nossa página na Internet: www.camara.gov.br/eduardobarbosa